




MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ÁUDIO E VÍDEO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, E A EMPRESA COPERSON ÁUDIO E VÍDEO EIRELI EPP.

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio da **ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – ESMPU**, inscrita no CNPJ sob o n. 03.920.829/0001-09 situada na Avenida L-2 Sul Quadra 604, Lote 23, nesta Capital, representada neste ato pelo Procurador da República, Diretor-Geral da ESMPU, **CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 928323 - SSP/DF, e do CPF n. 488.416.681-72, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria PGR n. 52/2014, publicada no Diário Oficial da União em 31/01/2014, **OU, em seus impedimentos e ausências**, pelo Subprocurador-Geral do Trabalho, Diretor-Geral adjunto da ESMPU, **MAURÍCIO CORREIA DE MELLO**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n. 747.930 - SSP/DF, e do CPF n. 342.671.661-53, residente e domiciliado nesta capital, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria PGR n. 53/2014, publicada no Diário Oficial da União em 31/01/2014, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE;**

CONTRATADA: **COPERSON ÁUDIO E VÍDEO EIRELI EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.648.642/0001-40, com sede na Setor de Habitações Coletivas Sul, Comércio Local Quadra 412, Bloco B, Sobreloja 27, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.278-520, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste

Eduardo  1

ato representada por seu Titular o Senhor **EDSON MUNDIM NETO**, residente e domiciliado SQS 306, BLOCO H, APTO 104, ASA SUL, BRASÍLIA/DF, portador da Carteira de Identidade n. 2.587.089 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n. 059.923.511-08, conforme ATO CONSTITUTIVO N. 02, de 7 de agosto, de 2013, que confere ao qualificado poderes para representá-la na assinatura do contrato, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes acima identificadas têm entre si justo e avençado e por este instrumento celebram o presente contrato, em regime de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço unitário, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes, no edital do Pregão Eletrônico nº 09/2014, na Ata de Registro de Preços nº 04/2014 e nos autos do Processo ESMPU nº 0.01.000.002428/2014-63, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a instalação de sistemas de áudio e vídeo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste contrato.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

O fornecimento e a instalação de sistemas de áudio e vídeo, obedecerá ao estipulado neste contrato; às disposições do edital do Pregão Eletrônico nº 09/2014 e da Ata de Registro de Preços nº 04/2014; ao termo de referência; às obrigações assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, datada de 29/12/2014, e dirigidas à CONTRATANTE; bem como aos demais documentos constantes do processo retromencionado que, independentemente de transcrição, passam a integrar e complementar este contrato naquilo que não o contrariem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

Os sistemas de áudio e vídeo, objeto deste contrato, serão formados pelos equipamentos descritos nas tabelas e nas especificações constantes do Item 5 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação, bem como por outros

Edson



complementos e acessórios necessários ao pleno funcionamento dos sistemas, possibilitando a reprodução de áudios, vídeos, apresentação de slides, fotos, documentos a partir de notebooks ou tablets, sem a utilização de cabos e fios, nos monitores que serão instalados em cada ambiente, e a intercomunicação dos sistemas a serem instalados nos diversos ambientes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Entende-se por “equipamentos” todos os dispositivos eletrônicos, eletroacústicos e aqueles destinados a reprodução e geração de áudio e imagens, necessários à completa operação dos sistemas de áudio e vídeo a serem fornecidos. Todos os equipamentos, materiais, suprimentos e acessórios fornecidos devem ser novos, de primeira qualidade e constar da linha de produção atual dos fabricantes.



PARÁGRAFO SEGUNDO – Os equipamentos deverão ser novos (primeiro uso), não reconicionados ou remanufaturados e entregues em perfeito estado de funcionamento, sem arranhões ou amassados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de entrega e instalação dos produtos contratados não poderá ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA deverá entregar todos os equipamentos, acompanhados das respectivas Notas Fiscais, no Setor de Almoxarifado da Escola Superior do Ministério Público da União, localizada no SGAS, Avenida L2 sul, quadra 604, lote 23, CEP 70200-640, Brasília-DF, de segunda a sexta-feira, no horário das 13 às 18 horas, com prévia agendamento por meio do telefone (61) 3313-5382.

PARÁGRAFO QUINTO – As despesas com transporte, fretes, impostos, encargos sociais, trabalhistas ou previdenciários, resultantes desta contratação, correrão por conta da CONTRATADA, sem nenhum ônus ou responsabilidade para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEXTO – Os equipamentos deverão ser entregues e

 Edson  3

instalados com todos os acessórios e componentes necessários ao funcionamento, não sendo aceito equipamentos incompletos. Não serão aceitos, em hipótese alguma, embalagens violadas ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade do produto.

CLÁUSULA QUARTA – DA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A instalação dos equipamentos será realizada conforme especificações e orientações constantes no Item 6 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Imediatamente após a assinatura do contrato, deverá ser agendada reunião entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para análise e revisão dos projetos. Nesta oportunidade, os projetos, especificações e esquemas de ligação deverão ser minuciosos, criteriosos e detalhadamente estudados por ambas as partes, no intuito de identificar falhas ou oportunidades de melhorias, a partir da experiência da CONTRATADA. Preferencialmente, o profissional que coordenará todo serviço de instalação deve participar dessa reunião.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá, também, providenciar a aquisição, importação, desembaraço e transporte do material às instalações do contratante. A CONTRATANTE designará sala específica para armazenamento dos equipamentos e insumos, à medida que forem sendo entregues, e providenciará cópia da chave da sala para entrega ao representante da CONTRATADA. A CONTRATANTE não responde pela guarda do material, que, durante o armazenamento e realização dos serviços permanece em posse da CONTRATADA. Somente após a medição, em que a CONTRATANTE atestará o recebimento dos equipamentos instalados em cada período, é que os bens passarão ao patrimônio e guarda da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA

A garantia dos equipamentos de áudio e vídeo objetos do presente contrato será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo, prevalecendo o prazo de garantia fornecido pelos fabricantes para os equipamentos caso este seja superior.

 Edson

 4

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os 60 (sessenta) dias iniciais do período de garantia serão considerados como período de funcionamento experimental. Durante o período experimental, caso o produto apresente mais de 3 (três) falhas de funcionamento, do mesmo tipo ou não, deverá ser substituído por outro equipamento novo e com as mesmas características deste, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA, ou sua credenciada, deverá dar atendimento de manutenção total durante TODO O PERÍODO DE GARANTIA nas instalações da CONTRATANTE, exceto nos casos em que, comprovadamente, o mesmo deva ser reparado em laboratório próprio, nos seguintes prazos e condições:


1. O prazo para atender aos chamados técnicos efetuados pela CONTRATANTE no PERÍODO DE GARANTIA, não será superior a 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da data/hora da solicitação da CONTRATANTE.
2. O prazo para recuperação do produto, nos casos em que o mesmo possa ser realizado na Sede da CONTRATANTE, será de 2 (dois) dias úteis, contados da data da solicitação do reparo.
3. O prazo para recuperação e devolução do produto, nos casos em que o mesmo, comprovadamente, deva ser removido para laboratório próprio da CONTRATADA, será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua remoção.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso não seja possível a recuperação dos produtos dentro dos prazos e condições previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA fica obrigada a substituí-los por produtos de características iguais ou superiores e em perfeitas condições de funcionamento, até sua devolução, sem ônus à CONTRATANTE, responsabilizando-se pelos equipamentos que porventura necessitem ser retirados para oficina própria, inclusive pelo transporte. Neste caso, a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos para a devolução definitiva do produto original, em perfeito funcionamento, ou deverá entregar outro completamente novo com as mesmas características.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA fica obrigada, durante o período de garantia e em caso de necessidade de substituição de produtos e/ou

Edson



 5

componentes que não mais existam no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, a proceder a substituição por produto e/ou componente tecnologicamente equivalente ou superior.

PARÁGRAFO QUINTO – Todos os componentes destinados à reparação dos produtos em manutenção deverão ser novos e originais.

PARÁGRAFO SEXTO – Os chamados técnicos serão sempre realizados pelo Núcleo de Cerimonial da CONTRATANTE diretamente à CONTRATADA que, no caso de ter Assistência Técnica Terceirizada, deverá tomar todas as providências necessárias ao pleno atendimento do chamado junto à sua credenciada, obedecendo rigorosamente os prazos e condições aqui estabelecidos.

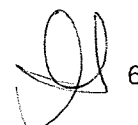
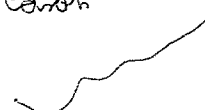
PARÁGRAFO SÉTIMO – Toda e quaisquer despesas decorrentes da execução dos SERVIÇOS DE GARANTIA, inclusive as substituições de produtos e/ou seus componentes, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA, bem como a responsabilidade dos produtos e/ou seus componentes que estiverem sob sua guarda, ou sob a guarda de sua Assistência Técnica credenciada, arcando com quaisquer danos.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA deverá submeter as solicitações de retirada de equipamento para a realização de serviços de manutenção à área competente da CONTRATANTE, para autorização.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA deverá executar os serviços, verificações técnicas e reparos por meio de técnicos comprovadamente especializados, responsabilizando-se pela sua atuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Após o período de funcionamento experimental, a CONTRATADA deverá substituir os equipamentos se, em um período de 30 (trinta) dias corridos, ocorrerem mais de 03 (três) chamadas para assistência técnica referente ao mesmo problema ou 04 (quatro) chamadas referentes a problemas distintos, para o mesmo equipamento.

Ednan



PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A garantia dos serviços de instalação não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de conclusão da instalação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

O objeto deste contrato será recebido provisoriamente, para efeito de verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações constantes neste contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após verificação qualitativa e quantitativa, recebido definitivamente, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da instalação e da realização de testes por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos, substituídos, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de inadimplemento contratual.

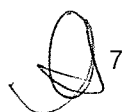
PARÁGRAFO SEGUNDO – O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes do incorreto fornecimento dos bens.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos foram entregues em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito. Neste caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício da contagem dos prazos.

PARÁGRAFO QUARTO – As despesas com remoção e/ou substituição dos itens considerados inadequados correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, conforme disposto no

Edson   7

artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO ÚNICO – As partes poderão celebrar acordo para supressão além do limite estabelecido no *caput* desta Cláusula, conforme estipulado no inciso II, do § 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Por via deste instrumento contratual, a CONTRATANTE se obriga a:

1. prestar as informações e esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
2. cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste contrato;
3. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste contrato;
4. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato, verificando minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
5. efetuar os pagamentos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato;
6. relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
7. manifestar-se formalmente sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
8. aplicar sanções administrativas quando se fizerem necessárias, após o direito da ampla defesa e do contraditório;
9. conferir os materiais/bens discriminados neste contrato e registrar as divergências quanto à quantidade e qualidade previstas;
10. executar todos os procedimentos referentes à parte elétrica, necessários para a instalação dos equipamentos.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Por via deste instrumento contratual, a CONTRATADA obriga-se a:

1. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE,

Edson  

- cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, quantidades, garantia, prazo e local constantes deste contrato e preços propostos na licitação, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo e prazo de garantia;
 3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 4. manter, durante todo o período do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação que ensejaram sua contratação;
 5. responsabilizar-se, independentemente de fiscalização ou acompanhamento pela Administração, por prejuízos de quaisquer naturezas causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, originados direta ou indiretamente do fornecimento, decorrentes de dolo ou culpa de seus empregados, prepostos ou representantes, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade; não o cumprindo, legitimará o desconto do valor respectivo dos créditos a que porventura faça jus;
 6. solicitar, por escrito e com devida fundamentação, quaisquer modificações de marca dos equipamentos, para análise e decisão da CONTRATANTE;
 7. efetuar a substituição de materiais e equipamentos entregues em desacordo com as especificações contidas na proposta e/ou em mal funcionamento durante as rotinas de testes, com defeitos de fabricação ou de má qualidade, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
 8. comunicar imediatamente, de forma escrita e detalhada, à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite o fornecimento;
 9. disponibilizar endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados;
 10. prestar garantia e suporte técnico conforme estabelecido neste contrato;
 11. entregar materiais novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações estabelecidas neste contrato e no instrumento convocatório, em

Edson



- quantidade e qualidade, nos prazos e formas estabelecidos;
12. respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
 13. não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;
 14. não contratar servidor ou prestador de serviço pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, durante a execução do contrato;
 15. comunicar, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação, sob pena de rescisão contratual;
 16. responsabilizar-se integralmente pela instalação dos equipamentos, fornecendo todo o material e mão de obra necessária, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, exceto os serviços relacionados com a parte elétrica das instalações da CONTRATANTE;
 17. manter os produtos em condições normais de funcionamento e segurança;
 18. responder, integralmente, por quaisquer danos causados na instalação ou em decorrência desta à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
 19. obedecer aos padrões técnicos vigentes, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT e INMETRO, quando da execução dos serviços;
 20. fornecer os manuais dos equipamentos com versão em português e relação da rede de assistência técnica autorizada em Brasília;
 21. entregar todos os equipamentos em 220 V ou bivolt, 60 Hz, com plug no padrão brasileiro, ou fornecer conversores ou transformadores e adaptadores adequados para o correto funcionamento;
 22. reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, nos serviços de instalação dos equipamentos, o objeto em que se verifique imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções decorrentes dos serviços executados, mantendo-se os mesmos padrões e qualidade dos materiais e/ou produtos já existentes/empregados nos locais de instalação.

Edson



10

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste contrato correrão à conta da Categoria Econômica 3.3.90.30 – Material de Consumo e 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente, do Programa/Atividade 03122058120HP0001, constante do Orçamento Geral da União para este fim.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para cobertura das despesas foi emitida a Nota de Empenho nº 2014NE000419, de 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 449.004,58 (quatrocentos e quarenta e nove mil, quatro reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO

O valor total deste contrato é de R\$ R\$ 449.004,58 (quatrocentos e quarenta e nove mil, quatro reais e cinquenta e oito centavos), conforme valores unitários abaixo:

Item	Especificação	U.M.	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	GATEWAY DE APRESENTAÇÕES	UN.	4	6.500,03	26.000,12
2	MATRIZ DE ÁUDIO E VÍDEO	UN.	3	10.000,00	30.000,00
3	SCALER DE VÍDEO	UN.	12	3.000,00	36.000,00
4	MONITOR DE VÍDEO / TV 60"	UN.	13	6.274,79	81.572,27
5	SUORTE DE TETO PARA TV 60"	UN.	5	1.218,75	6.093,75
6	SUORTE DE PAREDE PARA TV 60"	UN.	8	346,88	2.775,04
7	SUORTE ARTICULADO DE PAREDE PARA TV 60"	UN.	0	2.249,81	0
8	CABO HDMI 1,8 M	UN.	17	56,25	956,25
9	PROJETOR MULTIMÍDIA FIXO	UN.	1	55.000,00	55.000,00
10	SUORTE DE TETO PARA PROJETO	UN.	2	356,25	712,50
11	TELA DE PROJEÇÃO MOTORIZADA	UN.	0	2.872,50	0
12	TABLETS	UN.	9	4.125,00	37.125,00
13	SUORTE DE MESA PARA TABLET	UN.	1	499,82	499,82
14	MESA DE SOM DIGITAL	UN.	0	13.837,50	0
15	AMPLIFICADOR 01	UN.	1	8.875,86	8.875,86


Essem



Item	Especificação	U.M.	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
16	AMPLIFICADOR 02	UN.	2	2.418,36	4.836,72
17	SONOFLETOR 01	UN.	12	2.000,00	24.000,00
18	SONOFLETOR 02	UN.	16	1.857,81	29.724,96
19	RACK PADRÃO 19"	UN.	0	5.872,97	0
20	MINI RACK PADRÃO 19"	UN.	3	2.157,02	6.471,06
21	CABO PARALELO PARA CAIXAS ACÚSTICAS	M	500	1,67	835,00
22	CABO DE ÁUDIO, INCLUSIVE CONECTORES DIVERSOS (XLR, P10, P2) PARA INTERLIGAÇÃO ENTRE OS EQUIPAMENTOS	M	60	18,75	1.125,00
23	CENTRAL RECEPTORA UHF	UN.	3	15.000,00	45.000,00
24	MICROFONES DE MÃO SEM FIO COM TRANSMISSOR UHF	UN.	3	9.187,50	27.562,50
25	TRANSMISSOR UHF SEM FIO PORTÁTIL PARA MICROFONES DE LAPELA	UN.	3	6.375,00	19.125,00
26	MICROFONES DE LAPELA	UN.	4	1.687,50	6.750,00
27	CENTRAL DE CONTROLE E ALIMENTAÇÃO DE MICROFONES	UN.	0	20.000,00	0
28	MICROFONE GOOSENECK PRESIDENTE	UN.	0	4.510,69	0
29	MICROFONES GOOSENECK DELEGADOS	UN.	0	2.500,00	0
30	CABOS DE INTERLIGAÇÃO, INCLUSIVE CONECTORES PARA INTERLIGAÇÃO ENTRE A CENTRAL E OS MICROFONES GOOSENECK	M	0	250,00	0
31	CABO S/FTP CAT 6, Caixa 300 m	UN.	2	1.046,25	2.092,50
32	PROJETOR MULTIMÍDIA MÓVEL	UN.	0	17.052,75	0
33	TELA DE PROJEÇÃO COM TRIPÉ	UN.	1	879,98	879,98

PARÁGRAFO ÚNICO – Nos preços ofertados estão inclusos todos os custos e despesas diretas e indiretas, como impostos, taxas e fretes, que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

Edson



*J*¹²

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA até o 10º (décimo) dia útil, contado do recebimento definitivo do objeto contratado, por meio de ordem bancária creditada em conta corrente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura em nome da Escola Superior do Ministério Público da União, CNPJ nº 03.920.829/0001-09, e discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal, o número da Nota de Empenho, os números do banco, da agência e da conta-corrente da Contratada, com a descrição clara e sucinta do objeto.

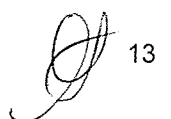
PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo setor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos bens efetivamente entregues e aceitos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta, ou inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO – Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a comprovação da regular situação da CONTRATADA perante o INSS, FGTS, Receita Federal (dívida ativa da união e tributos federais), Estadual ou Distrital do seu domicílio ou sede, bem como

Edson

 13

regularidade trabalhista (CNDT atualizada).

PARÁGRAFO SEXTO – Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.


PARÁGRAFO OITAVO – Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO – Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Do montante devido à CONTRATADA, poderão ser deduzidos os valores correspondentes a multas e/ou indenizações impostas pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Nos casos de eventuais atrasos

Edson  14

de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(6/100)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do fornecimento, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a defesa prévia, uma ou mais das penalidades constantes do artigo 87 da Lei n. 8666/93 e no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/93, pelo atraso injustificado no fornecimento dos equipamentos ou na execução dos serviços de instalação objeto deste contrato, a CONTRATANTE sujeitará a CONTRATADA à multa de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global atualizado do objeto, por dia de atraso das obrigações, até o 10º (décimo) dia. Após o 10º dia de atraso, o fornecimento ou a execução do serviço poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – No caso de inexecução total ou parcial do fornecimento, as seguintes sanções poderão ser aplicadas, sendo que as previstas nos incisos I, III, IV e V poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II:

I – advertência.

II - multa:

Edson



a) de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto, pela inexecução parcial;

b) de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto, pela inexecução total;

III - suspensão temporária de participar de licitação e/ou contratação promovida pela CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

V - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, conforme artigo 7º, da Lei nº 10.520/2002.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Poderão ser aplicadas as sanções previstas nos itens III, IV e V do item anterior à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão da execução do fornecimento objeto deste contrato:

1. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
2. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação; e/ou
3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUARTO – Se o valor da multa não for depositado na conta do Tesouro Nacional, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, descontar automaticamente da primeira parcela de crédito que a CONTRATADA vier a fazer jus, e se o valor for superior a esta, poderá ser abatido do valor da garantia de execução do contrato, se houver, ou cobrado judicialmente.

Edson



PARÁGRAFO QUINTO – Em todos os casos de aplicação de multa pecuniária, o valor será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da decisão de aplicação de uma ou mais penalidades previstas na cláusula anterior, caberá recurso administrativo, na forma prevista do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de aplicação das penalidades de advertência, multa ou suspensão temporária, referidas na cláusula anterior, caberá recurso dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, por intermédio do Secretário de Administração e Tecnologia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Secretário de Administração e Tecnologia poderá, respeitado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou, no mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, para apreciação e decisão do Diretor-Geral.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de aplicação das penalidades previstas nos itens IV e V do parágrafo segundo da cláusula anterior, caberá pedido de reconsideração dirigido ao Diretor-Geral da ESMPU, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

Este contrato poderá ser rescindido, por sua inexecução total ou parcial, nas hipóteses e nas formas previstas nos arts. 78 e 79 da Lei n. 8.666/1993, desde que os motivos sejam formalmente fundamentados nos autos do processo e possibilite-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Poderá o presente contrato ser rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, consoante o disposto no inc. II do art. 79 da Lei n. 8666/93, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo segundo do mesmo artigo.

Edson

Edson 17

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento do fornecimento será exercida por representantes designados pela CONTRATANTE, de acordo com o art. 67, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Ao responsável pela fiscalização competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução e anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos bens mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de penalidade, caso a CONTRATADA desobedeça a quaisquer condições estabelecidas na contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE e/ou terceiros.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá indicar um preposto que representará a empresa, mantendo permanente contato com a CONTRATANTE, dirimindo os problemas que venham surgir no andamento do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará a partir da data da sua assinatura até 90 (noventa) dias após o recebimento definitivo do objeto deste contrato.



PARÁGRAFO ÚNICO – O término da vigência contratual não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas durante o período de garantia dos equipamentos e serviços, ficando sujeita às penalidades previstas neste contrato, no caso de descumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE publicará, à sua conta e no prazo estipulado no artigo 20 do Decreto nº 3.555/2000, extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VALIDADE

Este contrato foi devidamente analisado pela assessoria jurídica

Edson
 

competente, com parecer favorável, atendendo ao disposto no parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nos Decretos nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, nº 5.450, de 31 de maio de 2005, e nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e demais normas atinentes à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes, de comum acordo, elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF para dirimir as dúvidas originárias da execução dos serviços objeto deste instrumento contratual, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

Brasília/DF, 23 de janeiro de 2015.



CONTRATANTE

Carlos Henrique Martins Lima
Procurador da República
Diretor-Geral da ESMPU

Edson Mundim
EDSON MUNDIM NETO



TESTEMUNHAS





**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO RIO DE JANEIRO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2015 - UASG 393019

Número do Contrato: 1064/2012.
Nº Processo: 50607002428201288.
PREGÃO SISPP Nº 621/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 08681228000104. Contratado: GUAPORA CONSTRUTORA LTDA - EPP - Objeto: O Valor do presente Contrato passa a R\$4.485.241,57, face ao acréscimo do Valor de R\$ 925.241,57, em decorrência de Prorrogação de Prazo no 2º Termo Aditivo. Fundamento Legal: Art 65, Inciso II Letra D da Lei 8666/93 e na Cláusula 2ª do Contrato. Data de Assinatura: 23/01/2015.

(SICON - 26/01/2015) 393019-39252-2014NE800008

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2015 - UASG 393019

Número do Contrato: 1102/2012.
Nº Processo: 50607001733201252.
PREGÃO SISPP Nº 684/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 08681228000104. Contratado: GUAPORA CONSTRUTORA LTDA - EPP - Objeto: Aumento de Valor contratual a PI - O valor a Preços Iniciais passa a R\$ 3.865.161,19, face ao acréscimo do Valor de R\$ 1.125.050,18, em decorrência da prorrogação de prazo formalizada no 1º Termo Aditivo. Fundamento Legal: Art 65, Inciso II, Letra D da Lei 8666/93 e na Cláusula 2ª do Contrato. Data de Assinatura: 23/01/2015.

(SICON - 26/01/2015) 393019-39252-2014NE800008

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
NO RIO GRANDE DO NORTE**

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 922/2014 publicado no D.O. de 27/11/2014, Seção 3, Pág. 164. Onde se lê: "Valor Total: R\$ 1.431.076,00" Leia-se: "Valor Total: R\$ 659.010,50"

(SICON - 26/01/2015) 393021-39252-2015NE800010

**SECRETARIA DE FOMENTO PARA AÇÕES
DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DA MARINHA MERCANTE**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2015 - UASG 277001

Número do Contrato: 3/2014.
Nº Processo: 50770000327201361.
PREGÃO SISPP Nº 2/2014. Contratante: MINISTERIO DOS TRANSPORTES - CNPJ Contratado: 10551135000107. Contratado: THAURUS SERVICOS TERCEIRIZADOS - LTDA - ME. Objeto: Prorrogação do contrato DMM 3/2014, de 27/01/2014. Fundamento Legal: Inciso II do art. 57, da Lei 8666/93. Vigência: 28/01/2015 a 27/01/2016. Valor Total: R\$29.851,44. Fonte: 180399010 - 2015NE800008. Data de Assinatura: 14/01/2015.

(SICON - 26/01/2015) 277001-00001-2015NE800015

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 28/2012. Processo: 50840.000087/2012-43. Contratante: EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL. CNPJ: 15.763.423.0001-30. Contratada: CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREV. CNPJ: 33.754.482/0001-24. Objeto: apostilar os valores para o aludido Contrato, reajustando o valor total mensal estimado de R\$ 357.929,81 (trezentos e cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e um centavos) para o montante de R\$ 380.637,82 (trezentos e oitenta mil seiscientos e trinta e sete reais e oitenta e dois centavos), passando o valor total anual estimado de R\$ 4.295.157,72 (quatro milhões, duzentos e noventa e cinco mil, cento e cinquenta e sete reais e setenta e dois centavos) para R\$ 4.567.653,84 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil seiscientos e cinquenta e três reais e oitenta e quatro centavos), referente a locação do 8º (oitavo) andar e dos conjuntos 01, 04, 05 e do 7º sétimo andar da Torre C do Complexo Parque Cidade Corporative, localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Lote C, na cidade de Brasília, com direito ao uso de 87 (oitenta e sete) vagas de garagem, tendo em vista o reajuste previsto no Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira do Contrato, a ser aplicado aos valores constantes da avença a partir de 1º de novembro de 2014.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/anticontrata.html>, pelo código 00032015012700143

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 250/2014

Termo de Credenciamento nº 250/2014, celebrado entre a União Federal, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, e o CENTRO OFTALMOLÓGICO DRA. TIRZA FARINA BARROS EPP. Objeto: prestação de serviços médicos. Processo: 1.02.000.000930/2014-47. Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2014NE000011, em 04/02/2014; Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2014NE000090, em 17/01/2014; Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPM: n.º 2014NE000033, em 03/01/2014; Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040053 Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2014NE000126, em 03/02/2014. Vigência: 09/01/2015 a 08/01/2019. Assinatura: pelo Credenciante: Marcieus Correia Lima; pelo Credenciado: Tirza Farina Barros.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 251/2014

Termo de Credenciamento nº 251/2014, celebrado entre a União Federal, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, e o ESPAÇO TERAPÊUTICO MD LOREDO LTDA. Objeto: prestação de serviços paramédicos. Processo: 1.02.000.001038/2014-83. Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2014NE000011, em 04/02/2014; Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2014NE000090, em 17/01/2014; Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPM: n.º 2014NE000033, em 03/01/2014; Elemento de despesa: 33.90.39 Programa de Trabalho: 03301058120040053 Nota de Empenho/MPDFT: n.º 2014NE000126, em 03/02/2014. Vigência: 13/01/2015 a 12/01/2019. Assinatura: pelo Credenciante: Marcieus Correia Lima; pelo Credenciado: Marcelle Loredo Santos e Denise Loredo Santos.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 257/2014

Termo de Credenciamento nº 257/2014, celebrado entre a União Federal, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, e a GABRIELA SILVA RESENDE. Objeto: prestação de serviços odontológicos. Processo: 1.02.000.001687/2014-84. Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2014NE000010, em 04/02/2014; Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2014NE000088, em 17/01/2014; Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPM: n.º 2014NE000032, em 03/01/2014. Vigência: 13/01/2015 a 12/01/2019. Assinatura: pelo Credenciante: Marcieus Correia Lima; pelo Credenciado: Gabriela Silva Resende.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 682/2013

Termo de Credenciamento nº 682/2013, celebrado entre a União Federal, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, e a CARINA BRANDÃO BARBOSA. Objeto: prestação de serviços médicos. Processo: 1.02.000.001046/2013-49. Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPF: n.º 2013NE000027, em 31/01/2013; Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPM: n.º 2013NE000004, em 10/01/2013; Elemento de despesa: 33.90.36 Programa de Trabalho: 03301058120040001 Nota de Empenho/MPM: n.º 2013NE000032, em 04/01/2013. Vigência: 13/01/2015 a 12/01/2019. Assinatura: pelo Credenciante: Marcieus Correia Lima; pelo Credenciado: Carina Brandão Barbosa.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 258/2011**

Primeiro Termo Aditivo ao Credenciamento nº 258/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a REDE D'OR SÃO LUIZ S. A. (HOSPITAL BANGU). OBJETO: alhear o TC 258/2011 quanto à razão sócia, o Cnpj e a representação legal do credenciado. Processo: 1.02.000.001117/2011-41. Assinatura: pelo Credenciante: Marcieus Correia Lima; pelo Credenciado: Jamil Muanis Neto e Ricardo Calado Faria.

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 02/2015. Contratante: União, por intermédio da ESMU. Contratado: COPERSON ÁUDIO E VÍDEO EIRELI EPP. Objeto: Fornecimento e instalação de sistemas de áudio e vídeo. Fundamento Legal: 10.520/2002. Vigência: de 23/01/2015 até 90 dias após o recebimento definitivo do objeto do contrato. Data de Assinatura: 23/01/2015. Valor Total: R\$ 449.004,58. Nota de empenho: 2014NE000419, datada de 31/12/2014. Programa de Trabalho: 0312205812010P0001. Elemento de Despesa: 44.90.52. Processo: 2634/2014-73. Signatários: CARLOS HENRIQUE MARTINS LIMA, pela Contratante, EDSON MUNDIM NETO, pela Contratada.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

**AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2014**

O Pregoeiro da ESMU torna público, para conhecimento dos interessados a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO DO Pregão Eletrônico Nº 07/2014, a favor da empresa CALEVI MINERADORA E COMÉRCIO LTDA - EPP, para o item 1, pelo valor unitário de R\$ 4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos), e para o item 2, pelo valor unitário de R\$ 4,59 (quatro reais e cinquenta e nove centavos); a favor da empresa NARA COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP, para o item 3, pelo valor unitário de R\$ 8,39 (oito reais e trinta e nove centavos). Processo nº 0.01.000.001756/2014-42.

EDMILSON MARTINS DE ALCANTARA

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATOS DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

Espécie: Termo de Contrato nº 87/2014. Contratantes: Ministério Público Federal e Idealine Tecnologia e Segurança Ltda - EPP. CNPJ: 01.215.897/0001-33. Objeto: Prestação de serviço de elaboração de projeto básico para a aquisição e instalação de circuito fechado de TV - CFTV na PGR e Anexos. Modalidade: Pregão nº 176/2014. Valor total: R\$ 59.990,00. Vigência: de 30/12/2014 até 90 dias após o recebimento definitivo. Data de Assinatura: 30/12/2014. Nota de Empenho: 2014NE002842, de 30/12/2014. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 33.90.39. Signatários: pelo Contratante, Renato Cader da Silva, Secretário de Administração; e pela Contratada, Rodrigo D'Alessandro Alves, Procurador. Processo MPF/PGR 1.00.000.013633/2014-36.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2014. Contratantes: Ministério Público Federal e OI S/A. CNPJ: 76.535.764/0001-43. Objeto: Acréscimo de 01 entroncamento digital e 01 faixa de ramais DDR de 300 ramais. Vigência: de 23/01/2015 até 13/04/2015. Data de Assinatura: 23/01/2015. Valor Global do Contrato: R\$ 245.529,66. Nota de Empenho: 2014NE000701, de 21/03/2014. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 33.90.39. Signatários: pelo Contratante, Renato Cader da Silva, Secretário de Administração; e pela Contratada, Davi de Oliveira Bertucci e Edem Jorge de Andrade, procuradores. Processo MPF/PGR 1.00.000.002256/2013-29.

EXTRATO DE 1º TERMO DE APOSTILAMENTO

Apostilamento à Ata de Registro de Preços nº 45/2014, decorrente do Pregão 116/2014, celebrada entre a Procuradoria Geral da República - PGR e a empresa PROMONLOGICALIS TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA, cujo objeto consiste na alteração do prazo de entrega dos produtos de: "até 30(trinta) dias"; para: "até 90(noventa) dias", conforme ANEXO I, inciso IX, item I do Pregão Eletrônico 116/2014.

Espécie: Termo de Contrato nº 90/2014. Contratantes: Ministério Público Federal e Evolução Desenvolvimento de Sistemas Ltda. CNPJ: 01.968.073/0001-34. Objeto: Aquisição de solução de tecnologia da informação de apoio parlamentar junto às Casas Legislativas Federais, para atendimento das demandas da Secretaria de Relações Institucionais. Modalidade: Pregão nº 146/2014. Valor total: R\$ 327.900,00. Vigência: de 31/12/2014 até 30/12/2015. Data de Assinatura: 31/12/2014. Notas de Empenho: 2014NE002854 e 2014NE002855, de 30/12/2014. Programa de Trabalho: 03062058142640001. Elemento de Despesa: 33.90.30-47 e 33.90.39-08. Signatários: pelo Contratante, Renato Cader da Silva, Secretário de Administração; e pela Contratada, Valmir Florencio Lima, Diretor Geral. Processo MPF/PGR 1.00.000.015178/2014-11.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata 65(A, B, C, D e E)/2014
A Secretaria de Administração da Procuradoria-Geral da República torna público os preços registrados na Ata de Registro de Preços nº 65(A, B, C, D e E)/2014 decorrente do Pregão Eletrônico nº 151/2014, cujo objeto consiste na aquisição de mobiliário de uso geral, para atender à Procuradoria-Geral da República. Os preços e as especificações estão à disposição para consulta no site www.transparencia.mpf.mp.br/PROCESSO:1.00.000.011467/2014-33. VIGÊNCIA: 30/12/2014 a 29/12/2015. FORNECEDORES: BERRY INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ESTOFADOS LTDA, LAYOUT MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP, ARTLINE INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA, COMERCIAL MARTE DE MOVEIS LTDA - EPP e LG COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - ME.

Brasília, 30 de dezembro de 2014.
RENATO CADER DA SILVA
Secretário

**PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA
DA 1ª REGIÃO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1/2015

Espécie: Contrato nº 01/2015, firmado em 26/1/2015, com a empresa COMANDO EXTINTOR LTDA-EPP; CNPJ: 04.985.849/0001-12; Objeto: prestação do serviço de adequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio do edifício-sede da Procuradoria Regional da